

Resenha bibliográfica I

Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico

Napoleoni, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 239 pp.

RICARDO TOLIPAN *

Uma qualidade essencial do livro de Napoleoni é sua modernidade, caráter que ele próprio anuncia desde a abertura. Ser moderno é aceitar refletir sobre a realidade econômica a partir da crise do pensamento econômico atual. Isso obriga a um movimento retrospectivo, pois os fundamentos que conformam hoje a natureza e o destino desta crise datam de aproximadamente 200 anos e se encontram na formação da Escola Clássica de pensamento. Assim, pensar a partir da crise é de certa maneira fazer o esforço de reconstruir o objeto da Economia Política.

Napoleoni abre a discussão pelo recorte de dois eixos epistemológicos. De um lado, distingue-se o pensamento burguês e o pensamento marxista em teoria econômica, isto é, define-se o eixo teórico presente na crise. Efetivamente, ambas as correntes assim definidas enfrentam dificuldades lógicas de produção, ambas estão em crise. Por outro lado, além de causas formais, internas ao eixo teórico, a crise tem causas objetivas, ou seja, próprias da crise *prática* do capitalismo. Não pode, portanto, ser definida como um fato autônomo

* Do Centro de Estudos e Pesquisas da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Programa de Mestrado da Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

do pensamento, mas reflete também as “condições objetivas” em que se produz conhecimento na atualidade.

Estamos diante do receituário epistemológico marxista clássico. Esquemático em excesso, é verdade, pois sua apresentação serve apenas de pano de fundo inicial para o que se segue, mas sem dúvida ele estará operando ao longo do texto.

De toda maneira, um pequeno mal-estar pode desde logo aflorar. Refiro-me ao fato de que a dicotomia do eixo teórico, ao polarizar dois adjetivos de ordens diferentes (burguês-marxista), um de natureza sociológica, outro de natureza ideológica, não deixa alternativa à crítica da posição burguesa que não seja *por definição* determinada ideologicamente. Isto tem, pelo menos, dois inconvenientes: dificulta *a priori* a *démarche*, proposta pelo próprio Napoleoni, de preservar a especificidade da teoria marxista e, por outro lado, identifica como necessariamente “burguesa” toda a crítica não-marxista em teoria econômica. Em ambos os casos, toma-se como dado o problema a resolver, isto é, precisar em que Marx é diferente dos clássicos. Daí que a dicotomia que poderia ser aceita como um simples dispositivo lógico de classificação representa, a rigor, um imperativo categórico de análise, e o recurso à dialética não lhe garante, necessariamente, uma base racional.

O outro eixo, real-ideal, é também clássico, e deixaremos de discutir-lo porque parece ter menos efeitos diretos sobre a condução do texto de Napoleoni e porque, afinal, é quase a epistemologia do senso comum, variando apenas o sentido da determinação que se escolhe, se do real para o ideal ou vice-versa. Napoleoni é, sem dúvida, partidário do primeiro sentido; sua modulação é inegavelmente “realista” e todos reconhecem sem problema onde reside a força deste ponto de vista.

Napoleoni prossegue para distinguir as modalidades da crise no espaço teórico.

No âmbito do pensamento burguês, esta surge como a crise de uma hegemonia; a teoria neoclássica que, depois de não poder “pensar os fatos”, vai ser abalada em sua estrutura lógica. Ela tende hoje a ser substituída por uma corrente neo-ricardiana de pensamento econômico. É o movimento conflituoso de substituição de hegemonias internas ao pensamento burguês, a mudança de “paradigmas” que define sua crise.

No âmbito do pensamento marxista, é sobretudo a paralisia teórica diante de três questões-chave — a teoria do valor, a teoria das crises e a necessidade de pensar a partir delas o neocapitalismo — que se apresenta como obstáculo à produção teórica e que constitui o fundamento de sua crise.

Assim, se no espaço teórico burguês a história se conta como a impossibilidade estratégica de pensar o capitalismo e se resolve pelo jogo perpétuo de “paradigmas”, no âmbito do marxismo é muito mais a irresolução temática, o fato de que ainda não se resolveram certos problemas, que comanda a impossibilidade apenas tática de pensar o capitalismo.

Uma característica comum a ambos os campos é que o vigor da produção neo-ricardiana atual ameaça penetrar o pensamento marxista tanto quanto o pensamento burguês, numa afirmação hegemônica sem paralelo na história do pensamento econômico. A fronteira salário-lucro $\downarrow W (R)$ de tipo ricardiano se candidata a substituir tanto a fronteira de preços de fatores neoclássicos quanto a teoria da exploração de Marx, como paradigma único de todo espaço de discurso em teoria econômica. Isto sugeriria uma final e possível “coexistência pacífica” entre os dois campos na base da hegemonia comum neo-ricardiana; a teoria da convergência se realizando no âmbito da ciência econômica. O equilíbrio geral walrasiano seria, pelo mesmo movimento, tratado como uma matemática especial, um algoritmo para a economia, lugar reservado e assumido com prazer mas próprio de uma “outra ciência”.

A partir deste arcabouço e destas insinuações, o programa do texto de Napoleoni se impõe naturalmente. Rer ler os clássicos para reencontrar as fontes do vigor da corrente neo-ricardiana e rer ler Marx no sentido de, em confronto com os clássicos, recuperar e dar sentido produtivo à “especificidade” do discurso marxista.

Ora, é claro que tal empresa põe no centro da análise de seu texto uma teoria da leitura, ou, se preferirem, da interpretação. Napoleoni se obriga — se quiser definir a diferença de Marx *vis-à-vis* os clássicos ou, para simplificar, *vis-à-vis* Ricardo — a examinar como o próprio Marx produziu esta diferença. Vai se obrigar ao movimento extremamente complexo da leitura de Ricardo, de Marx e da leitura de Marx sobre Ricardo. Movimento que tem todo o ar de exegese mas que é necessário ao objetivo a que ele se propôs. Ele tem, além

disto, que distinguir entre o Marx teórico (produtor de conhecimento) e o Marx leitor (crítico de Ricardo). Ao mesmo tempo, tem que manter presente a relação orgânica entre os dois pólos da produção teórica de Marx, isto é, controlar em que medida a exposição positiva de sua teoria é o produto crítico de sua leitura, e vice-versa.

Napoleoni cumpre o programa nos limites da inteligência, da cultura na matéria e até onde permite caminhar sua intuição moderna das questões envolvidas.

Esses limites podem ser resumidos num certo "zelo ortodoxo" que ainda o obriga a não explicitar a diferença entre a sua própria leitura dos clássicos e aquela realizada por Marx. Melhor dizendo, Napoleoni, porque silencia a crítica ao Marx leitor, deixa precisamente escapar uma das condições básicas de se garantir a especificidade do discurso marxista. E isto por uma razão fundamental: o fato de que *o próprio Marx não consegue controlar teoricamente a diferença que está produzindo com relação a Ricardo*. Ao tentar projetar em Ricardo (como de resto em Smith e Quesnay) sua própria teoria do valor, Marx autoriza a leitura "economista" de si mesmo. É por esta razão que os obstáculos que paralisam a produção teórica marxista se condensam e sempre se condensaram em torno do famoso "problema da transformação".

A clara percepção disto só é possível devido ao fato também moderno de uma outra grande leitura de Ricardo realizada pelo economista italiano Piero Sraffa. Ao "pôr de pé" a teoria de Ricardo, contra a deformação neoclássica que o trata como um teórico dos rendimentos decrescentes e contra a deformação marxista que o trata como um teórico da exploração (um pré-marxista), a leitura de Sraffa permite, ao mesmo tempo, analisar rigorosamente a diferença específica que representa Marx para a Economia Política. É a esta leitura que me referia quando atribuí a Napoleoni uma intuição moderna.

É, com efeito, a ela que recorre Napoleoni quando lê corretamente em Smith um teórico do valor-trabalho comandado, contra a leitura de Marx, que vê no escocês um teórico "confuso", portador de duas teorias, servidor de dois padrões ideológicos e que, *inconscientemente*, seria um teórico do valor-trabalho incorporado! Leitura, portanto, *errada* de Smith e que Napoleoni passa em silêncio, deixando assim funcionar seu "zelo ortodoxo" (político?). É

também a esta intuição moderna, a que recorre Napoleoni quando percebe que a noção de trabalho incorporado de Ricardo não é a mesma que a de Marx; neste se trata de trabalho abstrato e em Ricardo de trabalho concreto assalariado; muito mais próximo da idéia smithiana de trabalho comandado que da idéia marxista de trabalho socialmente necessário. Mas é ainda seu “zelo ortodoxo” que não extrai as conseqüências disto e continua a pensar que o texto de Ricardo é “confuso” ou que Ricardo apresenta a teoria do valor-trabalho de modo “singular”. Na verdade, “confuso” e “singular” é insistir que o problema para Ricardo seria outro que não o da medida dos valores relativos e que sua medida invariante fosse da mesma natureza que a “substância do valor” de Marx, quando em Ricardo o invariante do valor é claramente, ele mesmo, um valor relativo, isto é, uma mercadoria. A impossibilidade de confundir isto com a noção marxista de trabalho abstrato é reafirmada por Napoleoni no final do texto (p. 127).

Sua reconstituição do pensamento de Ricardo é correta e reproduz fielmente a análise de Sraffa na introdução aos “Princípios”. Ela independe do recurso à leitura de Marx, que a rigor só torna a interpretação ambígua ao sugerir, devido ao uso do mesmo nome, uma identidade entre a quantidade do trabalho assalariado de Ricardo e a quantidade do trabalho abstrato de Marx.

Para finalizar, um pequeno comentário sobre a digressão filosófica que, no texto de Napoleoni, antecede a apresentação da teoria econômica de Smith. O autor põe em relevo a importância das *Glasgow Lectures* para a compreensão do pensamento clássico. Realmente, aí já estaria elaborado o conceito de “divisão do trabalho”. Este estaria determinado pelo mercado e seria a causa do aumento da produtividade do trabalho. Teria sido interessante examinar como Smith trata a própria noção do mercado e estabelecer a relação entre a idéia de “tendência a persuadir” das *Conferências* e a idéia da “mão invisível” da *Riqueza das Nações* como a ação de uma racionalidade *a priori*, natural, que funda seu conceito de mercado. Um eco desta *ratio ex machina* se encontra em Ricardo quando este sugere a existência de um *superior genius* para afirmar a tendência do mercado aos preços de produção. A relação é interessante porque ela parece apreender uma das características constantes do pensamento econômico “burguês”; também em Walras é uma entidade deste tipo, o *Auctioneer*, que garante a formação dos preços.

De todo modo, o exercício de intuição moderna permite a Napoleoni apontar o lugar correto das questões a tratar, extrair um programa genérico de recuperação do objeto da Economia Política e, às vezes, tratar com precisão no detalhe as questões teóricas relevantes para este programa.

Este programa e estas questões constituem, realmente, a tarefa ineludível da teoria moderna se ela quiser ser outra coisa além do discurso sobre as “evidências empíricas” ou a frase banal de que no preço do cachorro-quente se resume o universo das preferências individuais.

Além disso, o livro se encerra dando uma contribuição útil ao programa proposto, editando, em anexo, textos de difícil acesso relativos aos três marcos decisivos na construção do discurso clássico analisado por Napoleoni.

É por todas as razões, inclusive as que podem ter tido conotações negativas no meu comentário, um livro obrigatório para quem quiser compreender o “estado atual das artes” em teoria econômica.

Um reparo sobre a tradução e o cuidado gráfico. Além de por vezes truncar a linguagem de Marx, o tradutor se embaraça em certos termos especializados do discurso clássico. É o caso notadamente de “trabalho comandado” em Smith, traduzido alternadamente por “trabalho demandável” e “trabalho ordenado”. Isto ocorre apesar de uma nota explicativa (ela mesma equivocada) na página 59. Também “taxa de lucro” é seguidamente traduzida por “tipo de lucro”, e o conceito de “trabalho simples” em Marx é traduzido como “simples trabalho”.

Além disso, o texto fica inúmeras vezes interrompido por frases que faltam. Também certos desenvolvimentos tem seu sentido invertido, não sei se por má tradução ou por incorreção tipográfica: é o caso de, por exemplo, na página 96, quando o autor mostra que Ricardo conclui pela *necessidade* de uma teoria do valor e que no texto em português fica “a teoria do valor afigura-se como *prejudicial* [*sic*] ao estudo... da taxa de lucro”. É também o caso da impressão gráfica das equações nas páginas 104-105, que deformou bastante as equações originais.

Um maior cuidado editorial com estes aspectos evitaria reparos numa iniciativa do maior bom gosto.